



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-
ABRIGO EM PORTUGAL.

[EVALUATION OF THE NEEDS OF PERSONS IN PORTUGAL WITHOUT
AABILITY].

Projeto de Graduação

[Licenciatura em Criminologia]

Viviana Isabel da Costa Alves

Orientadora:

Professora Doutora Glória Jólluskin

julho 2025

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE SEM-ABRIGO EM PORTUGAL.

[EVALUATION OF THE NEEDS OF PERSONS IN PORTUGAL WITHOUT
AABILITY].

Projeto de Graduação

[Licenciatura em Criminologia]

Viviana Isabel da Costa Alves

Orientador:
Professora Doutora Glória Jólluskin.

Julho,2025

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

*“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”
-Fernando Pessoa.*

Agradecimentos

À Universidade Fernando Pessoa, instituição que me acolheu durante 3 anos e me proporcionou uma formação de excelência, e a todo o corpo docente do curso de Criminologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, pelo conhecimento transmitido, e por tornarem esta experiência mais gratificante, foram os 3 anos mais felizes da minha vida.

À minha orientadora Professora Doutora Glória Jólluskin, um agradecimento especial pela compreensão e disponibilidade ao longo desta etapa onde se mostrou sempre disponível para esclarecer as minhas dúvidas. Por ser uma excelente Professora e profissional, o meu obrigada por ter confiado e acreditado em mim, foi um prazer ter sido acompanhada por si.

Um agradecimento profundo ao meu supervisor de estágio, Doutor Simão Mata, às técnicas Isa e Andreia, pelo suporte e orientação durante o meu estágio. Pela Simpatia demonstrada, por toda a disponibilidade, pelo gosto em ajudar, pela paciência, mas em especial, por todas as palavras e ensinamentos. Agradeço a confiança que depositarão em mim quando me abriram as portas a esta que chamo de “casa”.

Tal como agradeço a todos os técnicos que se cruzaram no meu caminho e me fizeram sentir acolhida, que contribuíram para a minha aprendizagem, pela amabilidade e por se colocarem, sempre à disposição para ajudar.

Quero agradecer à minha mãe, por ter acreditado sempre em mim, foi o meu porto seguro e a minha maior incentivadora. A sua dedicação, paciência e amor incondicional deram a força necessária para superar os desafios ao longo dessa jornada. O apoio, conselhos e exemplo de determinação, nada disso seria possível. Obrigado por acreditares em mim nos momentos em que eu mesmo duvidei. Esta conquista também é tua.

Agradeço também ao meu tio Marco e aos meus avôs maternos, por acreditarem em mim e nos meus sonhos, obrigado por me terem dado sabedoria e apoio incondicional ao longo da minha vida e deste percurso académico. Sempre me ensinaram o valor da dedicação e da perseverança, sendo uma fonte constante de força e inspiração. As vossas histórias, conselhos e afeto ajudaram-me a manter o foco nos momentos difíceis, lembrando-me sempre da importância de seguir em frente com coragem e humildade. Este trabalho é também uma homenagem ao amor e aos valores que me transmitiram.

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Um profundo agradecimento ao meu namorado, pelo amor, paciência e apoio incondicionais ao longo deste percurso. Nos momentos de maior cansaço e dúvida, foste o meu porto seguro, encorajando-me a seguir em frente e a acreditar em mim. A tua compreensão, os teus conselhos e o teu carinho foram essenciais para ultrapassar os desafios e manter a motivação.

Um agradecimento em especial ao meu namorado, a minha companhia de todos os dias, o meu apoio incondicional, o meu porto seguro, obrigada por teres muita paciência e por nunca teres desistido de mim, obrigada pela compreensão e pelos conselhos dados, faltam-me palavras para descrever o tanto que significas para mim neste percurso. Este trabalho é, sem dúvida, também fruto do teu constante apoio. Obrigada por me ensinares amar, és o meu equilíbrio, amo-te.

Aos meus amigos, que já passaram a ser família, Ana Silveira, Bruna Ferreira, Telmo Pereira e André Figueiredo, foram verdadeiros pilares ao longo desta jornada. A vossa amizade foi muito mais do que companhia, foi uma fonte de força, conforto e alegria nos momentos em que mais precisei. A vossa amizade é, sem dúvida, um dos pilares mais importantes da minha vida. Adoro-vos.

Agradeço em especial às amigadas para a vida que a faculdade me deu, Bia Serrasqueiro, Fabiana Fernandes, Tatiana Alves, Lea Silveira e Rodrigo, que tornaram este percurso mais leve e cheio de bons momentos. A vossa companhia, apoio e amizade foram essenciais para manter o equilíbrio nas alturas mais desafiantes. Cada conversa, cada gargalhada, e até os silêncios partilhados, ajudaram-me a seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia difícil. Agradeço-vos, pela paciência e por estarem sempre presentes, quer nas celebrações das conquistas, quer nos momentos em que precisei de ânimo e força. Sem vocês não teria sido a mesma coisa. Casa do Povo para sempre.

**A todos,
O meu sincero e profundo agradecimento.**

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Resumo

Resumo O fenómeno do desalojamento representa uma das expressões mais extremas e visíveis da exclusão social, revelando uma realidade complexa e multifatorial. Ela resulta de uma combinação de elementos estruturais – como pobreza, desemprego e falta de moradia acessível – e circunstâncias individuais, incluindo problemas de saúde mental, vício e colapso familiar. O desabrigado transcende a ausência de abrigo, refletindo profundos déficits na integração social, saúde, acesso aos direitos e dignidade humana. Apesar dos desenvolvimentos nas políticas públicas e da implementação de mecanismos de proteção social, o número de pessoas afetadas pelos sem-abrigo continua crescendo em diversos contextos nacionais e internacionais. Esse aumento desafia a adequação e responsividade dos modelos tradicionais de intervenção. Este projeto de pesquisa de graduação tem como objetivo fornecer uma análise crítica e abrangente das necessidades específicas da população em situação de rua em Portugal. O estudo inicia-se examinando referenciais teóricos que definem e contextualizam o desalojamento, utilizando literatura atual e dados institucionais. Avalia ainda as respostas sociais existentes, identificando pontos fortes e deficiências. Com base nessa análise, é apresentada uma proposta de pesquisa, voltada para o engajamento direto com a população em situação de rua para a coleta de dados empíricos. O objetivo final é apoiar o desenvolvimento de políticas mais eficazes, integradas e centradas em pessoas fundamentadas em princípios de justiça social, equidade e direitos humanos.

Palavras-chave: sem-abrigo, exclusão social, políticas públicas, necessidades sociais, dignidade humana.

Abstract

The phenomenon of homelessness represents one of the most extreme and visible expressions of social exclusion, revealing a complex and multifactorial reality. It results from a combination of structural elements—such as poverty, unemployment, and lack of affordable housing—and individual circumstances, including mental health issues, addiction, and family breakdown. Homelessness transcends the absence of shelter, reflecting profound deficits in social integration, health, access to rights, and human dignity. Despite developments in public policies and the implementation of social protection mechanisms, the number of people affected by homelessness continues to grow in several national and international contexts. This rise challenges the adequacy and responsiveness of traditional intervention models. This undergraduate research project aims to provide a critical and comprehensive analysis of the specific needs of the homeless population in Portugal. The study begins by examining theoretical frameworks that define and contextualize homelessness, using current literature and institutional data. It further evaluates existing social responses, identifying both strengths and shortcomings. Based on this analysis, a research proposal is presented, focused on direct engagement with the homeless population to gather empirical data. The ultimate goal is to support the development of more effective, integrated, and person-centred policies grounded in principles of social justice, equity, and human rights.

Keywords: homelessness, social exclusion, public policy, social needs, human dignity.

Índice

Introdução	1
Capítulo I-Enquadramento Teórico	2
1.1. Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo.....	2
1.2. Situação de Sem-Abrigo em Portugal.....	4
1.2.1. O Contexto Nacional.....	4
1.2.2. Características da população sem-abrigo	6
1.3. Políticas Públicas e Modelos de Intervenção Social.....	7
2.1. Necessidades Primárias e Secundárias das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo...10	
2.1.1 Abrigo, Alimentação e Cuidados Básicos.....	10
2.1.2. Educação.....	12
2.1.3. Reinserção Social.....	13
2.1.4. A Importância da Participação Comunitária e de Redes de Apoio.....	14
Capítulo II-Parte Empírica	16
1.1 Objetivos	17
1.1.1 Objetivos gerais.....	17
1.1.2 Objetivos específicos.....	17
2. Método.....	17
3. Instrumento.....	18
4.Participantes	19
5.Procedimento.....	20
6.Resultados/Discussão.....	21
Considerações Final.....	22
Referências Bibliográficas.....	24
Anexos.....	27
Anexo 1- Instruções de Participação.....	28
Anexo 2-Guião da Entrevista (Pessoas em situação de sem-abrigo)	29
Anexo 3- Guião da Entrevista (Técnicos/voluntários de Instituições)	31
Anexo 4- Questionário por diagnóstico.....	32
Anexo 5-Declaração de consentimento.....	36
Anexo 6- Pedido de autorização para gravação de voz.....	37

Índice de Figuras

Figura 1- Top 20 com maior número de Pessoas em situação sem-abrigo.

Índice de Siglas e Abreviaturas

CASA- Centro de Apoio ao Sem-abrigo

DGS- Direção-Geral da Saúde.

ENIPSSA- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.

ETHOS- European Typology of Homelessness and Housing Exclusion.

FEANTSA- Federação Europeia das Organizações Nacionais que trabalham com Sem Abrigo.

IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social.

ISS- Instituto de Segurança Social

OMS- Organização Mundial da Saúde.

ONGs- Organizações Não Governamentais.

PSSA- Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

“1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

(Constituição da República Portuguesa, Artigo 65º)

Introdução

O presente Projeto de Graduação, intitulado “Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”, consiste numa das imposições necessárias para concluir o ciclo de estudos, para a obtenção do grau de Licenciatura em Criminologia, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

A situação de sem-abrigo é um fenómeno complexo e multidimensional que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, representando uma das formas mais extremas de exclusão social. Esta condição não se limita apenas à falta de uma habitação física, mas envolve um conjunto de fatores sociais, económicos, saúde e psicológicos que tornam as pessoas extremamente vulneráveis. Em Portugal, o número de pessoas em situação de sem-abrigo tem vindo a crescer nos últimos anos, impulsionado por fatores como a crise habitacional, o desemprego e a fragilidade dos sistemas de apoio social (Diário de Notícias, 2024).

A ideia do tema surge com base no estágio curricular realizado na instituição Norte Vida-Comunidade de Inserção/Área de dia de Aldoar, a decisão pela abordagem desta temática teve por base a consciência de que este é um dos maiores problemas no nosso país.

Este trabalho é feito sem qualquer desejo de criar estigma ou estereótipos de qualquer tipo. Visa identificar as principais necessidades neste contexto, são propostas medidas preventivas para desenvolver medidas de combate a este fenómeno.

Em termos estruturais, a presente projeto está dividida em duas partes, a teórica e a empírica. Na primeira parte do capítulo I, realiza-se o enquadramento teórico, iniciando-se pela apresentação do conceito de pessoa em situação de sem-abrigo. Ao longo do trabalho, analisam-se as políticas e os modelos de intervenção social. Durante o estudo, faz-se uma breve exposição sobre a situação das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal. Finalmente, abordam-se as necessidades primárias e secundárias dessas pessoas.

Na segunda parte do projeto, aborda-se a componente empírica, na qual é elaborada uma proposta de investigação, retratada de forma detalhada e delineada metodologicamente, correspondendo ao capítulo final.

A parte empírica tem como objetivo criar um plano com o intuito de aprofundar os conhecimentos em relação às problemáticas e necessidades mais sentidas no público-alvo, para combater as mesmas de forma a evitar fatores e comportamentos de risco por parte da mesma. No final serão apresentados os resultados e as conclusões esparrados mediante o presente trabalho.

Capítulo I- Enquadramento Teórico

1.1. Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

A noção de “pessoa em situação de sem-abrigo” abrange diversos aspetos sociais, financeiros e psicológicos, ilustrando um fenómeno complexo e multifacetado. Na literatura especializada, uma pessoa em situação sem-abrigo é frequentemente caracterizada como aquela que não possui uma moradia estável, segura ou adequada, sendo obrigada a procurar abrigos temporários, a habitar em espaços públicos em circunstâncias mais severas, expostos ao ambiente externo (ENIPSSA, 2017).

A Federação Europeia das Organizações Nacionais que trabalham com pessoas Sem-Abrigo, considera que a definição de sem-abrigo inclui várias categorias: sem-teto (indivíduos a viver na rua ou abrigos de emergência), sem-casa (pessoas em alojamento temporário), pessoas prestes a sair de instituições, aquelas que recebem apoio a longo prazo devido à falta de alojamento, indivíduos que vivem em habitações precárias ameaçados de exclusão grave devido a arrendamentos inseguros, despejo e violência doméstica, pessoas que vivem em habitações inadequadas, como caravanas em parques de campismo ilegais, em habitações impróprias, situações impróprias ou situações de sobrelotação extrema. Esta definição possibilita identificar a variedade de contexto em que indivíduos podem estar sem uma casa fixa, enfatizando a relevância de considerar não apenas aqueles que moram nas ruas, mas também os que lidam com condições habitacionais temporárias ou instáveis (FEANTSA, 2006).

A FEANTSA desenvolveu um quadro ETHOS (European Typology of Homelessness and Housing Exclusion) em 2005, revisado em 2017, para fornecer uma base comum de compreensão do fenómeno dos sem-abrigo na União Europeia. Esta tipologia visa estabelecer uma definição operacional para efeitos estatísticos, considerando a variação da extensão e profundidade de diferentes formas de estar em situação de sem-abrigo e sua relação com vários tipos de exclusão social.

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

De acordo com Batista (2013), o conceito de sem-abrigo vai além da mera ausência de uma habitação, englobando aspetos como o isolamento social e a rutura das redes de apoio que estas pessoas frequentemente enfrentam. Esta condição é, muitas vezes, o resultado de um conjunto de desvantagens interligadas, como a pobreza, o desemprego, os conflitos familiares, fragilidades na saúde mental e consumo de substâncias psicoativas. Essas situações levam em muitos casos, ao que Castel (1995) designa por “processo cumulativo de exclusão”, caracterizado do apoio estatal culminando numa marginalização progressiva.

Neste sentido, o fenómeno das pessoas sem-abrigo não deve ser interpretado apenas como um problema individual, mas como um reflexo das falhas estruturais das políticas habitacionais e dos sistemas de proteção social. O artigo “Será a condição de sem-abrigo uma questão de escolha” do jornal Open Edicional que explora uma perceção pública sobre as pessoas sem-abrigo e como a responsabilização individual pode influenciar a invisibilidade social e política dessa população, este artigo salienta ainda que este problema resulta, em parte, da invisibilidade social, que não se limita à marginalização no espaço urbano. Esta invisibilidade é também política e social, uma vez que as pessoas em situação de sem-abrigo tendem a ser ignoradas tanto pelos decisores políticos como pela sociedade em geral, o que perpetua o seu estado de exclusão.

O conceito de sem-abrigo deve ser abordado de forma abrangente, tendo em conta a complexidade das situações que levam à exclusão habitacional. As definições mais recentes, tanto a nível europeu como nacional, reconhecem que a falta de habitação é uma das formas mais extremas de exclusão social. Em Portugal, iniciativas como Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSSA) e a implementação do modelo “Housing First” têm representado avanços significativos na promoção da inclusão social. Contudo, persistem desafios, nomeadamente no que diz respeito à exclusão. Como destacam Batista (2013) e Castel (1995), o combate eficaz a este fenómeno exige não apenas medidas de curto prazo, mas também transformações estruturais nas políticas e públicas e uma maior atenção as causas profundas da pobreza e da exclusão social.

A situação de pessoa em situação sem abrigo representa uma das manifestações mais evidentes e complexa que afeta milhões de pessoas no mundo, constitui uma das formas mais visíveis e severas de exclusão social (FEANTSA, 2006).

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Não se resume apenas a ausência de um teto, esta realidade envolve um conjunto de carências e necessidades primárias, como alimentação, vestuário e abrigo que comprometem seriamente o bem-estar, a saúde e a dignidade humana. No entanto, as necessidades secundárias, que incluem saúde, educação, apoio psicológico e integração social, desempenham um papel fundamental e crucial na reintegração e reabilitação destes indivíduos na sociedade. Identificar e dar resposta a estas carências é essencial para promover a inclusão social e assegurar que todos os cidadãos vejam os seus direitos básicos garantidos (Organização Mundial de Saúde, 2018)

Este estudo visa explorar a interseção entre necessidades, analisando como a falta de acesso a serviços e a ausência de apoio social agravam a condição de vulnerabilidade que perpetuam o ciclo de pobreza. Ao compreender melhor estes fatores, é possível desenvolver estratégias mais eficazes para a promoção da dignidade e dos direitos humanos das pessoas em situação de sem-abrigo.

1.2. Situação de Sem-Abrigo em Portugal

1.2.1.O Contexto Nacional

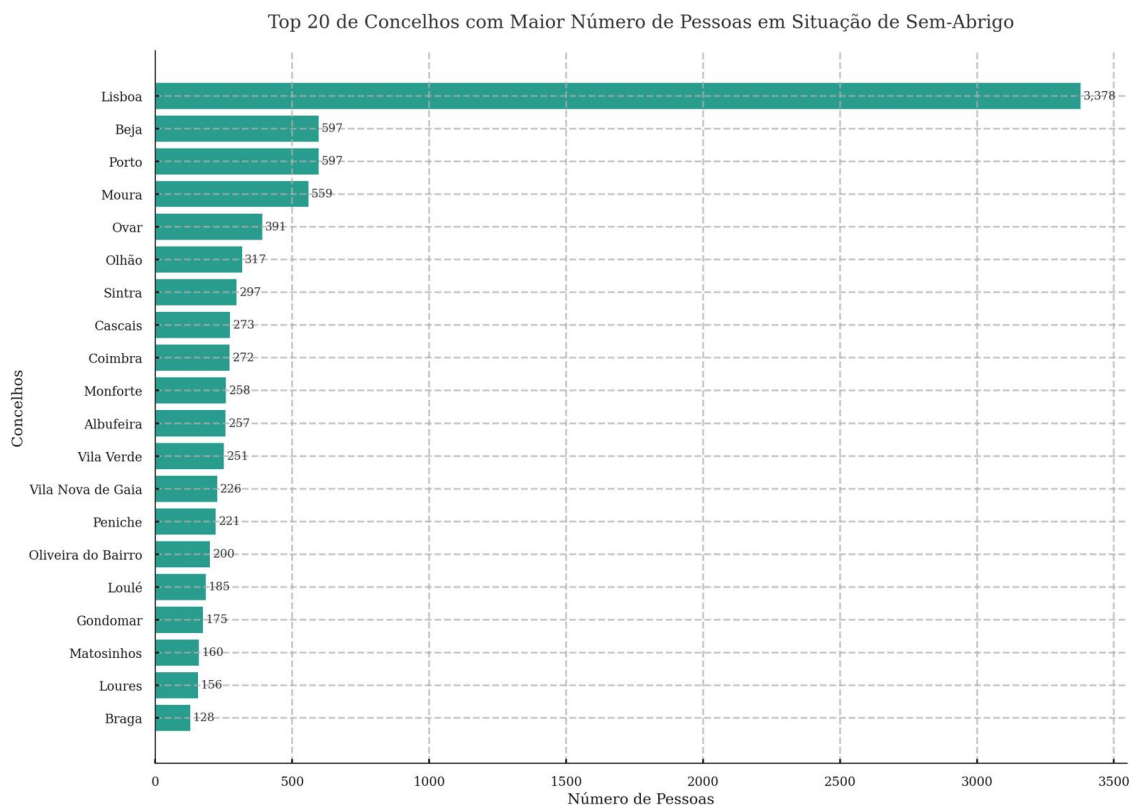
A situação de sem-abrigo atualmente em Portugal tem vindo a assumir uma crescente relevância no discurso social, este é um dos fenómenos mais complexos e desafiadores da sociedade, comprometendo seriamente os direitos fundamentais e a dignidade do ser humano (ENIPSSA,2024).

Existes três momento onde podemos verificar esta crescente que são, a crise financeira de 2008, a pandemia covid-19 e mais recentemente com o agravamento das condições habitacionais.

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo, diz nos que em 2023 estavam identificadas 13.128 pessoas em situação de sem-abrigo em território nacional, das quais 7.705 viviam sem teto (abrigos de emergência ou espaços públicos) e 5.423 viviam sem casa (em alojamentos temporários), (ENIPSSA, 2023)

Segundo o Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-abrigo-31 de dezembro de 2023, apresenta-nos os vinte concelhos com maior número de pessoas em situação de sem-abrigos:

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”



É importante destacar estes vinte concelhos, tendo como objetivo, destacar as zonas prioritárias para intervenção, atribuição de recursos e definição de políticas públicas eficazes. Além disso conseguimos perceber que este fenómeno não se restringe só aos grandes centros urbanos, mas também afeta localidades de média e pequena dimensão. Segundo o Relatório de Monitorização da ENIPSSA de 2023, o sexo predominante é o sexo masculino (80% a 85%) da população em situação sem-abrigo é composta por homens com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, maioritariamente são indivíduos com nacionalidade portuguesa, solteiros e com baixos níveis de escolaridade, sendo o ensino básico o grau mais frequentemente atingido. (ENIPSSA,2023). Este perfil reflete uma combinação de fatores estruturais e individuais que contribuem para a exclusão social.

As principais causas identificadas para esta situação incluem, em primeiro lugar, o desemprego e a precaridade laboral, impedindo a obtenção de rendimentos estáveis e sustentáveis. Em segundo lugar, a dependência de álcool e substâncias psicoativas, frequentemente associadas a problemas mentais, tendo uma contribuição significativa para a perda de estabilidade habitacional e relacional. Por último, destaque-se a ausência de suporte familiar ou redes de apoio, que agrava o isolamento social e dificulta os processos de reintegração. Estas causas, identificadas pelas ENIPSSA, acabam por

relevar a necessidade de uma abordagem multidimensional e integrada para a prevenção e combate ao fenómeno (ENIPSSA,2023).

1.2.2. Características da população sem-abrigo

A população sem-abrigo é heterogénea, composta por indivíduos com perfis diversos. Os dados mais recentes apresentam que existe uma predominância no sexo masculino como já tinha referido anteriormente (Instituto de Segurança Social, 2023 & ENIPSSA, 2023), sendo que a população feminina, embora em menor número, tem vindo a crescer nos últimos anos, muitas vezes associada a situações de violência doméstica, abandono, monoparentalidade ou ausência de apoio familiar (Carvalho & Baptista, 2017).

No que diz respeito à idade, a maioria dos casos situa-se entre os 45 e 64 anos, no entanto, podemos também verificar que existem jovens adultos em rutura com os sistemas familiares e institucionais, assim como pessoas com mais de 65, que acabam em situação sem-abrigo devido à solidão, ausência de redes de suporte ou pobreza (Baptista & Marlier, 2019).

Maioritariamente as PSSA são de nacionalidade portuguesa. No entanto, verificamos um aumento de casos de cidadãos estrangeiros, sobretudo provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa, Brasil e da Europa Leste (ENIPSSA,2023). Em alguns casos, a ausência de regularização documental, o idioma e o desconhecimento dos recursos disponíveis dificultam o acesso a apoios e serviços. Esta diversidade cultural representa, um desafio e uma oportunidade para os serviços de intervenção.

Em termos de habilitações literárias, o nível escolar é geralmente, baixo, como já referido anteriormente, cerca de dois terços da população sem-abrigo não complementaram o ensino básico (ENIPSSA & Instituto da Segurança Social, 2023). A escolaridade insuficiente condiciona a integração do indivíduo no mercado de trabalho, dificultando o acesso a empregos estáveis e qualificados.

A situação laboral desta população é caracterizada é caracterizada por uma elevada incidência de desemprego de longa duração é uma realidade comum entre esta população, mesmo entre aqueles que mantêm alguma atividade laboral, esta ocorre frequentemente em regime informal, sem contrato, sem proteção legal e com rendimentos instáveis (Instituto Nacional de Estatística, 2021). A falta de rendimentos regulares compromete a autonomia habitacional e dificulta a reconstrução de um vida estável, nem sempre o

acesso a prestações sociais, como o rendimento social de inserção está garantido, quer por dificuldades de elegibilidade, quer por ausência de acompanhamento (Pereira & Ferreira, 2020).

A saúde mental e física desempenha um papel fundamental na compreensão das condições de saúde física e mental, estas são bastante precárias nesta população, a exposição contínua condições climatéricas diversas, a alimentação, o stresse diário, o consumo de substâncias pode desencadear ou agravar doenças, no campo da saúde mental, os dados apontam para uma elevada taxa de perturbações mentais como, ansiedade, depressão, perturbações psicóticas e dependências (Baptista & Marlier, 2019).

Muitas das pessoas em PSSA têm sofrido de traumas devido a ruturas familiares, abandono, institucionalizações precoces ou isolamento social. Estes fatores contribuem para a fragilização ou desaparecimento de redes de suporte sejam elas de natureza comunitária, familiar e institucional. A ausência destas relações tem um impacto significativo, isolando o indivíduo dificultando a reintegração do mesmo.

A experiência de sem-abrigo pode assumir diferentes durações e formas. Existem situações pontuais, muitas vezes relacionadas com crises económicas, separações conjugais ou perda de habitação temporária. Contudo, uma parte significativa da população permanece em situação de sem-abrigo por longos períodos, acumulando fatores de vulnerabilidade e exclusão (ENIPSSA, 2017).

1.3. Políticas Públicas e Modelos de Intervenção Social

A questão das pessoas em situação sem-abrigo é um desafio complexo para as políticas públicas, a sua resolução requer respostas de assistência imediatas e estratégias de intervenção social integradas, sendo assim, capazes de garantir cidadania, direitos fundamentais e inclusão social (Ferreira & Lima, 2023).

As políticas públicas são um conjunto de planos, decisões e ações adotados pelo Estado com o objetivo de responder as necessidades da população. No caso deste fenómeno estas políticas evoluíram de abordagens predominantemente assistencialistas para modelos mais abrangentes, tendo como base os direitos humanos, participação comunitária e a prevenção da exclusão social (Batista 2022).

No nosso país, a primeira resposta de estratégia ao combate das pessoas em situação sem abrigo foi o ENIPSSA, criado em 2009 e revista em 2017 com o ENIPSSA 2017-2023,

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

conforme a resolução do Conselho de Ministros nº 107/2017, atualmente está aprovado um plano para 2025-2030.

Esta estratégia propõe uma intervenção transversal, personalizada e de longo prazo, tem como objetivos principais garantir o direito à habitação estável e condigna, promover o acesso de cuidados de saúde a nível físico e mental, incentivar a reintegração socioprofissional e reforçar os núcleos de planeamento e intervenção sem-abrigo. (ENIPSSA).

Existe têm um papel crucial no que diz respeito a definição dos modelos de intervenção social, estes modelos estão compreendidos em três grandes paradigmas:

- Modelo Assistencialista- este modelo está historicamente associado a instituições religiosas, de caridade ou misericórdias, constitui uma das abordagens mais antigas, este modelo tem como objetivo responder as necessidades básicas das PSSA de forma imediata, como cuidados básicos (alimentação, vestuário, cuidados de higiene e abrigo noturno. O modelo assistencial tem sido alvo de várias críticas devido a não abordar as causas estruturais da exclusão social, não promover a autonomia nem a reintegração social exemplos, o desemprego, falta de habitação estável e problemas de saúde física, mas também mental, é considerado “paliativo”.

Segundo Batista (2013), em Portugal, até ao início do século XXI, as respostas dadas as PSSA eram fragmentadas, prestadas pelas IPSS e ONGs, sem coordenação do Estado. Castel (1995) diz que, este tipo de abordagem faz com que os indivíduos tenham mais tendência a ter dependência institucional, sem lhes garantir a continuidade do processo para reconstruí o seu projeto de vida.

No entanto, este modelo apesar das críticas continua a ser relevante nas respostas em situação de catástrofe e emergência humanitária.

- Modelo de Exclusão Social-este modelo diz-nos que fatores como o desemprego, pobreza, ausência de vínculos sociais, baixo acesso à educação entre outros geram uma exclusão social destes indivíduos. Castel (1995), refere que todo o processo de “desfiliação social” pelo qual os indivíduos passam acaba por trazer perdas a nível de apoio das redes sociais formais e informais. Daly (1996) apresenta outra perspetiva, interpreta a exclusão social como um conceito mais abrangente, na qual refere exige políticas públicas integradas em vez de respostas isoladas, ou

seja, este modelo defende uma intervenção em várias vertentes como a educação, emprego, saúde e inclusão social, no entanto, no que diz respeito há habitação permanente existe uma falha que compromete a efetiva reintegração das PSSSA.

- Modelo de Direitos Humanos- este modelo parte do princípio de que habitação é um direito fundamental reconhecido na Constituições Nacionais e Tratados Internacionais, este modelo baseia-se em que PSSA em primeiro lugar devem receber uma habitação estável, segura e digna para servir de base para os restantes apoios sociais, de saúde e reintegração social. O programa Housing First desenvolvido por Sam Tsemberis nos Estados Unidos é um dos exemplos mais paradigmáticos, este torca a lógica tradicional da intervenção social, apara garantir habitação imediata e incondicional existindo um processo contínuo de apoio ao indivíduo (Tsemberis,2010).

Atualmente este modelo já foi implementado a nível nacional, ocorreu primeiramente através de projetos-piloto, como o devido apoio de entidades do setor social e financiamento público, na prática foram alugadas casas autónomas, em bairros comuns, criaram-se equipas técnicas de apoio com psicólogo e assistentes sociais que acompanham as pessoas ao domicílio, segundo um plano de intervenção personalizada e individual. Os beneficiários não foram obrigados a abandonar as suas adições, vícios ou aderir a programas de reabilitação para seres elegíveis, foi assegurada a integração em serviços de saúde, emprego, formação e apoio comunitário, o acompanhamento é contínuo e flexível, tendo o foco na autonomia e nos objetivos definidos pela própria pessoa.

Este modelo foi implementado e com sucesso nas grandes cidades Porto e Lisboa pela associação CRESCER e através de programas municipais e organizações locais, avaliação tem sido bastante positiva, avaliação baseia-se em diversos critérios como a taxa de manutenção da habitação, apresentado uma taxa de 80% na manutenção da habitação após 1 ano, posteriormente verifica-se melhorias significativas aos níveis da saúde, ou seja, avaliou-se o acesso a cuidados médicos, terapias, apoio psicológico e adesão a tratamentos de saúde mental, verificou-se também uma redução do uso de serviços de urgência e de internamentos psiquiátricos, observou-se o aumento da participação em formações, programas de emprego e reaproximação à família ou comunidade , por fim recolheu-se

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

testemunhos diretos dos participantes, que apontam ganhos em autoestima, segurança e dignidade (CRESCER,2023).

2.1. Necessidades Primárias e Secundárias das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

2.1.1 Abrigo, alimentação, Saúde, e cuidados básicos

Viver em situação de sem-abrigo, deixa as pessoas expostas a muitos desafios que afetam seriamente a sua dignidade e qualidade de vida. Entre as necessidades mais essenciais para garantir a sobrevivência e uma existência minimamente digna a um espaço onde se possam proteger, a possibilidade de se alimentar regularmente e o acesso a cuidados básicos de saúde e higiene (Organização Mundial de Saúde 2018).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos no artigo 25 afirma que “ Todos os seres humanos têm direito a um padrão de vida capaz de assegurar a saúde e bem-estar de si mesmo e da sua família, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora do seu controlo.” (Nações Unidas, 1948). Este artigo estabelece que todos seres humanos têm direito a um padrão de vida assegure o bem-estar próprio e da sua família, incluindo habitação, saúde, alimentação e segurança em caos de vulnerabilidade. No entanto, a realidades das PSSA viola sistematicamente estes direitos, uma vez que, esta população vive frequentemente sem acesso abrigo, alimentação adequada ou cuidados de saúde. Assim o fenómeno de sem-abrigo representa uma quebra dos direitos humanos e fundamentais.

O abrigo desempenha um papel crucial, que protege os indivíduos das condições climáticas extremas e oferece um lugar onde as pessoas possam se sentir seguras e mantenham também a sua privacidade (OMS, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (2018) publicou as “Housing and Health Guidelines), um documento que apresenta recomendações baseadas em provas para melhorar as condições habitacionais, e assim, acaba por melhorar a saúde das populações. Segundas estas diretrizes, melhorar o acesso habitação segura e adequada pode salvar vidas, prevenir doenças, aumentar a qualidade de vida, reduzir a pobreza e ajudar a mitigar as mudanças climáticas.

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Neste enquadramento, a OMS define que “A habitação saudável é um abrigo que sustenta um estado de completa saúde física e mental” (OMS, 2018, página 2).

A ausência de um espaço habitacional estável, como acontece as PSS, não se resume a não ter um teto, trata-se de uma condição que as expõe a múltiplos riscos. Estas pessoas vivem frequentemente em perigo constante á violência, ao isolamento e a situações de vida indigna.

De acordo com este mesmo órgão (2018), a falta de um lar fixo está interligado a um aumento expressivo de problemas de saúde física e psicológica (OMS, 2018, página 5).

Alimentação é um item chave que tem um impacto direto na saúde e no quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo. Para a maior parte da população o acesso regular a alimentação suficiente e nutritiva é limitada, o que ajuda para uma má nutrição e consequentemente pode causar graves problemas de saúde.

A Direção-geral da Saúde (2022) destaca que “a escassez de alimentos saudáveis prejudica não só a saúde física, mas também a mental, reforçando o ciclo de pobreza e exclusão social”.

Uma boa alimentação é fundamental para restaurar da saúde e para a promoção da dignidade Humana, quando esta falta, perpetua a marginalização.

Igualmente os cuidados básicos abrangem serviços de saúde, higiene e apoio psicológico, são deste modo vitais para as pessoas em situação de sem-abrigo. Frequentemente, esta população enfrenta grandes dificuldades no acesso a serviços de saúde.

O Plano Nacional de Saúde 2021-2030, elaborado pela DGS (2022), estabelece com prioridade estratégica a promoção da saúde e o bem-estar da população, com ênfase na equidade e no bom acesso aos cuidados de saúde especialmente para os grupos vulneráveis. O acesso limitado aos cuidados de saúde por parte das PSSA contribui significativamente para o agravamento de doenças crónicas e mentais, além de aumentar a mortalidade neste grupo populacional.

O acesso a cuidados de saúde psicológica e psiquiátrica, muitas vezes negligenciado é crucial para apoiar o percurso de recuperação e reintegração social de cada indivíduo. Tal como destaca a OMS (2021) “a saúde é um direito humano fundamental que deve ser garantido a todos, incluindo aqueles em situação de sem-abrigo, que frequentemente enfrentam barreiras significativas ao acesso a serviços de saúde”.

Segundo o Instituto da Segurança Social (2022), uma parte substancial da população em PSSA apresenta doenças crónicas como por exemplo diabetes e hipertensão, frequentemente acompanhadas, além de problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. Este cenário agrava-se devido ao estigma que a sociedade contrai sobre a PSSA, contribuindo para a exclusão e o isolamento destes indivíduos acabando por dificultar o acesso a tratamentos e prevenção (Beth Shinn 2019).

Importa salientar que ausência de abrigo, alimentação e cuidados básicos não se deve analisar de forma isolada. Estes três pilares estão profundamente interligados e a carência de qualquer um compromete a eficácia dos restantes. Sem alimentação nutritiva, o estado de saúde degrada-se, sem habitação, acesso a tratamentos regulares torna-se inviável, sem cuidados, médicos, a reabilitação do indivíduo e social torna-se extremamente limitada. É essencial adotar uma resposta conjunta e estruturada para enfrentar as várias dimensões que caracterizam a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo.

Neste sentido a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2025-2030) recentemente aprovada afirma, reforçar as necessidades políticas públicas articuladas que assegurem o acesso simultâneo a habitação, alimentação e saúde, através de uma abordagem personalizada, preventiva e sustentada. Esta estratégia defende soluções duradouras e ajudadas as necessidades de casa indivíduo, com apoio contínuo e reforço das redes de apoio como eixo fundamental da intervenção (ENIPSSA, 2024).

Assim, torna-se evidente que a promoção da inclusão social das PSSA exige políticas integradas, capazes de responder as necessidades básicas, de forma humanizada e estruturada.

2.1.2. Educação

Como referido anteriormente as condições de vida das pessoas em situação sem abrigo são complexas, a falta de acesso a educação, a instabilidade habitacional, a escassez de redes de apoio e interrupção do percurso escolar interferem diretamente com a capacidade de aprendizagem, existindo elevadas taxas de abandonos escolar e absentismo, principalmente na faixa etária das crianças e jovens (Whitbeck & Hoyt, 1999).

De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (2022), “O acesso à educação de qualidade e ao desenvolvimento de habilidades deve ser equitativo e inclusivo para todas as crianças e adolescentes, independentemente de quem sejam ou

onde vivam. Empenhamo-nos em alcançar crianças excluídas da educação e da aprendizagem por motivos de gênero, deficiência, pobreza, etnia e idioma”.

As crianças em situação de sem-abrigo têm uma maior possibilidade de não completarem a escolaridade básica, pois a falta de um lugar seguro e estruturado compromete seriamente o percurso destas crianças, agravando a exclusão social a longo prazo. A educação é uma ferramenta importante para a mobilidade social, é um direito universal, contudo também é utilizada como estratégia transversal de intervenção, na qual, reforça a autoestima, a autonomia e a capacidade de contruir um projeto de vida.

Neste sentido é essencial a promoção de programas educativos ajustados às situações específicas das crianças e dos jovens garantindo condições para continuarem os estudos e promover o desenvolvimento de competências pessoais sociais e profissionais, estes devem incluir abordagens interdisciplinares envolvidas na escola, os serviços sociais e comunidade para garantir uma resposta clara efetivada. (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2015). Trazendo assim bases para que o indivíduo futuramente seja bem sucedido.

2.1.3. Reinserção Social

No que diz respeito a reinserção social, esta é uma das premissas fundamentais para o combate á exclusão social vivida pelas PSSSA, avaliar as necessidades destes indivíduos é fundamental para identificar os principais obstáculos individuais e estruturais que por vezes impedem a eficácia da reintegração na sociedade.

A reinserção social deve conter uma intervenção lógica e adequada as respostas da trajetória de vida de cada individuo consistindo numa intervenção intersectorial, abrangendo diversos serviços, habitação, saúde, emprego, educação e justiça. Com destaca Baptista (2010) é através da articulação de diferentes áreas e do desenvolvimento ativo da pessoa que se promove a participação ativa do indivíduo tal como a responsabilização trazendo assim benesses para os próprios como por exemplo o aumento da autoestima e da autonomia

Modelos como Housing First, demonstram que possibilitar uma habitação imediata e permanente, sem condições prévias (com abstinência ou tratamento), definida com acompanhamento psicossocial contínuo, potencia significativamente a estabilidade e a inclusão social das PSSSA (Tsemberis, 2010).

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

A reintegração social deve ser compreendida como um processo gradual, lógico e contextualizado, especialmente no caso das PSSA, cujas necessidades vão além da falta de habitação como já referi anteriormente. Valorizar as competências pessoais e profissionais de cada indivíduo através da formação, qualificação e integração no mercado de trabalho, é igualmente determinante para quebrar o ciclo de exclusão. Segundo Tsemberis (2010), este processo só será eficiente se for acompanhado de medida de apoio contínuo que permitam aos indivíduos lidar com traumas passados e fortalecer vínculos sociais, promovendo um percurso de evolução pessoal e reintegração plena na sociedade.

2.1.4.A Importância da participação comunitária e das redes de apoio

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-abrigo 2025-2030 (ENIPSSA) realça a importância de uma perspetiva integrada e centrada no indivíduo. A Participação comunitária e o desenvolvimento de redes de apoio mostram-se essenciais para uma solução articulada e humanizada às carências das pessoas nestas condições onde a comunidade é chamada a ser ativa na resposta à exclusão social (Governo de Portugal, 2024).

A participação comunitária significa um envolvimento ativo de indivíduos, voluntariado, associações locais, organizações da sociedade civil, instituições religiosas, autarquias, empresas e entidades públicas da identificação de necessidades e na promoção de soluções inclusivas às realidades locais. De acordo com o Relatório Nacional sobre a Situação de Sem-abrigo (Instituto da Segurança Social, 2023), o comprometimento das redes locais têm sido determinantes para o sucesso de muitas intervenções, nomeadamente no que diz respeito habitação, saúde e apoio emocional.

As redes de suporte têm um papel crucial na resposta às privações das pessoas em situação de rua. Estas redes são compostas por organizações formais e informais, proporcionando uma assistência em diversas áreas, incluindo alimentação, abrigo provisório, reintegração social, suporte emocional e acesso a moradia estável e fixa (Baptista, 2010).

As Redes formais são formadas por organizações públicas e privadas com atuação estruturada e coordenada, incorporadas na ENIPSS 2025-2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministro nº61/2024

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

O ISS destaca-se por ser fundamental para a coordenação e intervenção a nível nacional e local através dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem- Abrigo, em ligação com o Conselho de Ação Social, tem como eixo principal promover o acompanhamento personalizado do indivíduo (ENIPSSA, 2024).

No entanto, também é importante falarmos sobre o papel crucial das autarquias locais, estas promovem respostas de emergência, como exemplo, abrigos, cantinas sociais e encaminhamentos para habitação e prestação de cuidados de saúde, especialmente nos grandes centros urbanos como Porto Coimbra e Lisboa (Instituto da Segurança Social, 2023).

A ENIPSSA 2025-2030 prevê um reforço nas equipas de rua com o objetivo de haver uma proximidade maior com a comunidade, atualmente já existem diversas organizações da sociedade civil (ONGs e IPSS) que colaborem ativamente com o Estado destacando-se:

- **Cáritas portuguesa:** a sua intervenção é feita em articulação com NPISA, está presente em todo território nacional, oferece apoio especialmente à população sem-abrigo, nomeadamente através da distribuição de refeições, disponibilização de abrigos provisórios e de acompanhamento social e psicológico. Além disso, promove programas de formação com vista à reintegração social (Cáritas Portuguesa, s.d)
- **Centro de Apoio ao Sem-abrigo:** o (CASA) é uma organização de base voluntária que opera em grandes centros urbanos. A sua atuação concentra-se em entrega diária de refeições quentes, bem como distribui kits de higiene, vestuário e cobertores. O CASA aposta sobretudo na criação de vínculos afetivos e no apoio emocional, funciona muitas vezes como primeira linha de contacto com as pessoas em situação de exclusão social (CASA, s.d).
- **Comunidade Vida e Paz:** tem um longo caminho de intervenção junto de PSSA, desenvolve equipas de rua que estabelecem contacto direto com esta população, com o objetivo de os encaminhar para centros de acolhimento e programas de reabilitação. Através das suas estruturas de acolhimento e de reintegração social, oferece não apenas abrigo, mas também apoio psicológico, espiritual e oportunidades de reinserção habitacional e profissional (Comunidade Vida e Paz, s.d)

- **CRESCER:** com sede em Lisboa, é pioneira na aplicação do modelo Housing First em Portugal, este modelo garante habitação permanente e individual, sem pré-condições a PSSA. Após alojamento, os beneficiários recebem acompanhamento contínuo e intensivo por equipas multidisciplinares, tendo resultados bastantes positivos. A CRESCER trabalha em articulação com serviços sociais e de saúde, promovendo a autonomia dos participantes (CRESCER, s.d).
- **Médicos do Mundo:** prestam um serviço essencialmente a nível de cuidados de saúde a populações vulneráveis, são equipas móveis que realizam rastreios médicos, aconselhamento psicológico e encaminhamentos para serviços de saúde especializado. A intervenção é realizada diretamente na rua, contribuindo para a minimização e redução de riscos para a promoção do direito à saúde (Médicos do Mundo, s.d).

No que diz respeito as redes informais, estas desempenham um papel complementar e fundamental, sendo frequentemente o primeiro ponto de contacto com os indivíduos em PSSA, devido à relação de confiança estabelecida por voluntários, instituições religiosas, vizinhos ou mesmo por movimentos cívicos de caris solidário no mundo virtual. Estas redes reforçam o tecido social e facilitam o encaminhamento para apoios formais (Baptista, 2010)

Capítulo II-Parte Empírica

Concluída a revisão da literatura, este capítulo destina-se à fundamentação teórica da componente empírica do projeto e à apresentação da metodologia que será adotada.

A proposta de investigação foca-se na análise da população sem-abrigo em Portugal mais especificamente na cidade do Porto. O objetivo principal é estruturar uma investigação detalhada que consiste na identificação e avaliação rigorosa das necessidades que afetam as pessoas em situação de sem-abrigo, com vista em desenvolver intervenções direcionadas aos problemas mais permanentes.

A metodologia deste trabalho permitirá a elaboração de estratégias interventivas personalizadas e adaptadas às realidades local, respeitando as características e os desafios particulares da comunidade analisada. Através da aplicação de instrumentos de recolha de dados robustos e apropriados, esta pesquisa busca contribuir para uma base sólida de conhecimento que possa embasar futuras intervenções. As informações coletadas não apenas ajudarão a compreender de forma mais detalhada das vulnerabilidades dessas

comunidades, mas também permitirão o desenvolvimento de políticas e ações voltadas à redução dos fatores de exclusão social e à promoção da equidade e justiça social. A partir dessa análise, espera-se orientar ações que promovam transformações sociais significativas.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos gerais

O objetivo integral desta proposta é analisar as necessidades sociais, económicas, de saúde e habitacionais dos sem-abrigo em Portugal de forma a transmitir políticas públicas e intervenções sociais que aprimorem a qualidade de vida deste grupo vulnerável.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos delineados para a execução deste projeto, são:

- Caracterizar a população sem-abrigo na cidade do Porto em termos de idade, género, estado civil, tempo de permanência na circunstância de sem abrigo, e os restantes indicadores sociodemográficos.
- Identificar e diferenciar as necessidades prioritárias dos sem-abrigo, abrangendo aspetos alusivos à saúde mental e física, alimentação, higiene, educação, segurança e apoio social,
- Aferir o acesso e a eficácia dos serviços sociais disponíveis para os sem-abrigo, como abrigos, cantinas sociais, cuidados de saúde, programas de reinserção social e laboral.
- Analisar os fatores que levam à condição de sem-abrigo nomeadamente causas económicas, familiares, sociais e pessoais.
- Recolher o ponto de vista dos profissionais de intervenção direta.
- Elaborar propostas de intervenção e de política públicas que sejam capazes de responder adequadamente as necessidades identificadas, a partir da análise dos dados recolhidos.

2. Método

Este estudo será de natureza exploratória e descritiva, operando uma abordagem qualitativa e quantitativa (método misto), que permitirá uma análise ampla e aprofundada na realidade complexa vivida pelas pessoas em sem-abrigo em Portugal. A opção por uma abordagem mista justifica-se pela necessidade de integrar deferentes dimensões da realidade social, cruzando dados objetivos com vivências subjetivas. De acordo com

Creswell (2014), esta abordagem permite uma triangulação de dados, proporcionando assim uma compreensão mais completa e rica do objeto de estudo, ao integrar diversas perspetivas.

No plano quantitativo, será utilizado um questionário (Anexo 4) com perguntas fechadas, baseadas em modelos utilizados em estudos prévios sobre exclusão social, de forma a recolher dados sociodemográficos e padrões de acesso aos serviços e perceções sobre as respostas sociais existentes.

No plano qualitativo, vamos recorrer a duas entrevistas semiestruturadas, tal como definido por Kvale (1996), aplicando uma às PSSA (Anexo 2), permitindo assim aceder às interpretações subjetivas dos participantes, explorando em profundidade as suas experiências pessoais, histórias de vida e perceções sobre os fatores que conduziram à situação sem-abrigo, de seguida será aplicada uma entrevista também semiestruturada a técnicos ou voluntários que trabalham com esta população (Anexo 3), esta vida compreender a perceção dos técnicos ou voluntários como atuam as instituições.

Assim a junção da metodologia mista permitirá não só identificar padrões e tendências numéricas, como também interpretar o significado atribuído pelos próprios indivíduos à sua situação, assegurando uma análise holística como defende (Denzin & Lincoln, 2011)

3. Instrumento

O Guião de Entrevistas semiestruturadas, será aplicada a PSSA (Anexo 2), e a Técnicos e voluntários que trabalham com esta população (Anexo 3). O Anexo 2, inclui 16 perguntas a abertas relacionadas com o percurso de vida do indivíduo, as condições atuais, as dificuldades enfrentadas e expectativas em relação ao seu futuro e por fim a perceção que tem sobre os apoios institucionais. A segunda entrevista será realizada pelos técnicos ou voluntários (Anexo 3), inclui 6 perguntas, estas questões visam compreender a partir da perspetiva dos profissionais da área, como as instituições atuam, quais são os maiores obstáculos que enfrentam e que boas práticas têm vindo adotar, assim sendo, vamos conseguir identificar lacunas nas respostas institucionais a este fenómeno., Ambas a entrevista terá uma duração aproximadamente de 30-40 minutos para ambas.

Estas entrevistas vão permitir recolha de dados ricos que permitirão uma compreensão mais profunda das experiências, perceções e dificuldades vivenciadas, conferindo dados qualitativos complementares. Este instrumento é especialmente adequado par estudos de

natureza exploratória como é o caso, proporcionando flexibilidade na formulação e adaptação das perguntas durante a entrevista (Denzin & Lincoln, 2011; Patton, 2002)

O Questionário diagnóstico, este instrumento foi delineado para ser aplicado numa amostra ampla com o objetivo de identificar padrões e tendências nas respostas. Foi construído através de estudos anteriores sobre as necessidades sociais, este é composto por perguntas fechadas (sim/não) e a Escala de Likert (exemplo 1= discordo totalmente e 5= concordo totalmente), permite uma avaliação quantitativa das principais dimensões em análise.

O questionário aqui apresentado é formulado por 21 questões concretas para levantamento das necessidades específicas das PSSA, tem como objeto avaliar as condições de vida atuais dos indivíduos através de temas chave como a alimentação, habitação, saúde, apoio emocional e social, acesso a serviços e informação, perspetivas de futuro. Todas as questões inseridas no mesmo são de carácter relevante, e apesar da quantidade, respondem-se consideravelmente rápido (Anexo 2).

4. Participantes

O grupo de interesse é formado por pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal continental, na cidade do Porto, visto que é um centro urbano onde apresenta uma elevada taxa de sem-abrigos. A recolha de dados qualitativos será realizada por meio de amostra intencional (Patton, 2002) e incluirá:

- 20 a 30 indivíduos em situação de sem-abrigo com diferentes perfis (género, idade, região)
- 10 profissionais (técnicos e voluntários) que operem diretamente com esta população.

A amostra quantitativa será recolhida através de uma amostra aleatória simples, com a intenção de aplicar questionários cerca de 100 a 150 pessoas em situação de sem-abrigo, em articulação com instituições de apoio locais (centros de acolhimento, IPSS, autarquias...).

5. Procedimento

Segue-se uma descrição de como o instrumento deve ser aplicado à população-alvo e de que maneira reunir os resultados necessários para atender às exigências deste projeto de graduação.

Os métodos utilizados nesta investigação são a entrevistas semiestruturadas (Anexo 2 e Anexo3) e o questionário por diagnóstico (Anexo 4), depois de elaborar as perguntas e obter as repostas estas serviram como referência para a investigadora, neste caso a autora do projeto.

A recolha de dados qualitativos (entrevista semiestruturada Anexo 2 e anexo 3), serão realizadas através de uma amostra intencional, 20 a 30 indivíduos em situação de sem-abrigo com diferentes perfis (género, idade, região) e 10 profissionais (técnicos e voluntários) que operem diretamente com esta população. As recolhas de dados quantitativos (questionário diagnóstico Anexo 4) serão recolhidas através de uma amostra aleatória simples, com a intenção de aplicar questionários cerca de 100 a 150 pessoas em situação de sem-abrigo, em articulação com instituições de apoio locais (centros de acolhimento, IPSS, autarquias...). Visto que as PSSA são uma população de difícil acesso iremos contactar estes indivíduos através das equipas, que estão como referi anteriormente na linha de primeiro contacto com estes indivíduos, centro de acolhimento, técnicos entre outras entidades ou organizações.

Antes de cada entrevista, será feita uma breve sessão de esclarecimentos ao participante, abordando objetivos do estudo, dando a conhecer as instruções do participante (Anexo1), destacando que a sua participação é voluntária e garantindo a confidencialidade dos dados. A declaração de consentimento informado (Anexo 5) será apresentada e assinada, caso o participante consista, também é solicitado um consentimento para a gravação de áudio da entrevista (Anexo 6). A gravação tem como fim facilitar a transição completa das respostas, contribuindo para a confiabilidade da análise. Caso o participante não autorize este consentimento de gravação o entrevistado vai registando em papel.

As entrevistas (Anexo 2 e Anexo3), devem ser conduzidas de forma fluida, segura e respeitosa, este guião contém todos os tópicos de devem ser discutidos, mantendo a flexibilidade necessária para adaptar ao ritmo e às respostas do entrevistado.

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Para assegurar a clareza e a adequação dos instrumentos, será realizada uma pré-aplicação piloto com um grupo que não pertence ao público-alvo tendo como objetivo testar a compreensão das perguntas, a duração será entre 30-40 minutos. Com base neste teste poderão ser realizadas algumas alterações.

Após este período de validação interna, o instrumento será aplicado às duas amostras, PSS (Anexo 2) e profissionais ou voluntários (Anexo 3).

Durante as entrevistas (Anexo 2 e anexo 3), será criado um ambiente de confiança, segurança e empatia, tendo como objetivo atenuar qualquer desconforto.

O questionário diagnóstico (Anexo 4), com formato fechado e utilizando uma escala de Likert, será aplicado às PSSA, este instrumento vai permitir a recolher dados quantitativos estruturados sobre diversas áreas incluindo, alimentação, moradia, saúde, apoio social, acesso a serviços e por fim perspetivas futuras.

Por fim, todo o material recolhido será analisado com rigor, as entrevistas serão transcritas na íntegra e tratadas por meio de análise temática de conteúdo, permitindo a extração de categorias chave a partir dos depoimentos. Quanto o questionário deve identificar padrões de resposta, tendências e correlações entre variáveis.

Este processo abrangente garante que a recolha de dados ocorra de maneira ética, respeitosa e com fundamento técnico, assegurando que os resultados obtidos no estudo sejam representativos, válidos para intervenções sociais futuras.

6.Resultados/Discussão

No fim deste estudo, espera-se um feedback positivo no que concerne à adesão da participação, em primeiro lugar espera-se que seja entrevistado e inquirido o número necessário de indivíduos, que estejam dispostos a ajudar o entrevistador responsável e que estejam abertos a responder a todas as questões incluídas neste estudo.

Ultrapassando o processo inicial e mediante a análises cuidada das respostas recolhidas, espera-se conseguir uma compreensão clara e aprofundada sobre as vivências, desafios atuais e necessidades identificadas por esta comunidade.

Um dos objetivos é assim mapear os padrões comuns e trajetórias pessoais que ajudem a elucidar os fatores que influenciam estas pessoas a estarem nestes contextos precários.

Um dos pontos principais já referidos será identificar a existência ou não de redes de apoio e oportunidades de mudanças nesta população, incluindo alimentação, abrigos, saúde, suporte emocional, programas de reintegração social e acesso à informação, isto é fundamental para avaliar a eficácia e adequar as respostas as necessidades existentes. A instigação possibilita perceber se estes indivíduos têm expectativas para a sua trajetória de vida, o questionário diagnóstico ajuda-nos a verificar este aspeto.

Por fim, ao unir os relatos das PSSA e dos profissionais que atuam nesta área, será possível consolidar uma base informativa sólida que possa sustentar futuras propostas de intervenção, alinhadas com as necessidades reais já identificadas no contexto. Este conhecimento permitirá não apenas realizar um diagnóstico mais preciso do fenómeno, mas também formular estratégias mais eficazes.

Considerações Final

A realização do projeto de graduação proporcionou-me uma oportunidade única de conhecer a realidade das pessoas em situação sem-abrigo, um problema social grave persistente que por vezes passa, e despercebido na sociedade, ao longo deste projeto consegui aprofundar o meu conhecimento teórico, no entanto, este trabalho fez-me crescer enquanto indivíduo da sociedade. Vivemos numa sociedade que tantas vezes mostra a indiferença ao sofrimento alheio, onde as pessoas não tem empatia para com o outro e o poder da solidariedade por vezes não exige para com os que precisam mais de nós.

Esta investigação tem como propósito também, sensibilizar a sociedade relativamente a este fenómeno, apelar a uma reflexão coletiva e consciente sobre o modo que tratamos e vemos que vive em condições de extrema vulnerabilidade.

Escutar testemunhas, compreender as dificuldades, conhecer os percursos destes indivíduos e perceber as lacunas dos sistemas de apoio revelou-se uma experiência transformadora. O contacto com esta população e com os técnicos que operam diariamente neste campo permitiu construir uma visão mais abrangente.

Este projeto demonstra uma vertente dupla, por um lado contribui para nós enquanto sociedade tomarmos conhecimento e visibilidade desta população e por outro lado propõe caminhos e estratégias de intervenção social mais eficazes.

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Apesar das restrições naturais relacionadas ao tempo e aos recursos à disposição, assim como da limitação da amostra do estudo, queremos que sugestão sirva para alicerces sólidos para intervenções futuras. É uma proposta preliminar, um ponto de início que pode e deve ser expandido para diversas realidades e contextos, sempre visando promover a inclusão, a dignidade humana para todos.

Dessa forma pode-se afirmar é fundamental persistir no investimento em pesquisas e ações contra a exclusão social, iniciando pela compreensão verdadeira das pessoas que estão em situações complexas.

Referências Bibliográficas

- Baptista, I. (2010). *Homelessness and housing exclusion in Portugal: A study for the FEANTSA*. FEANTSA. <https://www.feantsa.org>
- Baptista, I. (2010). *Redes formais e informais de apoio às pessoas sem-abrigo: Contributos para a inclusão social*. *Revista Intervenção Social*, 38, 45–58. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/intervencaosocial/article/view/18174>
- Baptista, I., & Marlier, E. (2019). *Fighting homelessness and housing exclusion in Europe*. Publications Office of the European Union. <https://op.europa.eu>
- Batista, A. C. (2022). *Pessoas em situação de sem-abrigo: Perceções sociais e respostas institucionais [Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Católica Portuguesa]*. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/45615/1/203560833.pdf>
- Carvalho, M. et al. (2016). *Trajetórias e experiências da população sem-abrigo em Lisboa*. CESIS. <https://www.cesis.org>
- Carvalho, M., & Baptista, I. (2017). *Mulheres em situação de sem-abrigo: invisibilidades e vulnerabilidades*. CICS.NOVA. <https://run.unl.pt/handle/10362/30579>
- Castel, R. (1995). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* [PDF]. Vozes. <https://scispace.com/pdf/as-metamorfozes-da-questao-social-uma-chronica-do-salario-de-xyrcyuzz0j.pdf>
- Castel, R. (1997). *A insegurança social: O que é ser protegido?* *Cadernos do Noroeste*, 10(2), 19–32. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1477.pdf>
- Comissão Europeia. (n.d.). *Políticas sociais e inclusão na União Europeia*. <https://ec.europa.eu/social>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2016). *Relatório anual de avaliação da atividade das CPCJ 2015*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/16406>
- CRESCER – Associação de Intervenção Comunitária. (2023). *Resultados do Projeto É Primeiro* (Lisboa). <https://crescer.org/>
- Crescer – Associação de Intervenção Comunitária. (n.d.). <https://crescer.org/>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). SAGE.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (4th ed.).

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Direção-Geral da Saúde. (2010). *Extensão da Avaliação 1 – Plano Nacional de Saúde*. <https://pns.dgs.pt/files/2010/08/EA1.pdf>

Direção-Geral da Saúde. (2022). *Plano Nacional de Saúde 2021–2030 (versão editada)*. https://pns.dgs.pt/files/2022/03/PNS-21-30_Versao-editada-1_Final_DGS.pdf

ENIPSSA. (2017). *Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017–2023*. Lisboa: MTSSS. https://www.seg-social.pt/documents/10152/27106/ENIPSSA_2017_2023.pdf

ENIPSSA. (2024). *Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025–2030*. <https://pessoas2030.gov.pt/2024/04/03/aprovada-a-estrategia-nacional-para-a-integracao-das-pessoas-em-situacao-de-sem-abrigo-2025-2030-enipssa/>

FEANTSA. (2006). *ETHOS – European Typology on Homelessness and Housing Exclusion*. Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo. Recuperado de <https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos>

FEANTSA. (2022). *Fifth Overview of Housing Exclusion in Europe*. FEANTSA & Fondation Abbé Pierre. <https://www.feantsa.org/en/report/2022>

Ferreira, S., & Lima, M. P. (2023). O impacto das políticas sociais na redução da sem-abrigo. *Acta Médica Portuguesa*, 36(3), 123–134. <https://actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/download/21668/15569/120580>

Governo de Portugal. (2024). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024 – ENIPSSA 2025–2030*. *Diário da República: 1.ª Série, n.º 66*. <https://dre.tretas.org/dre/5700390/resolucao-do-conselho-de-ministros-61-2024-de-2-de-abril>

Instituto da Segurança Social. (2024). *Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – 31 de dezembro de 2023*. Lisboa. <https://enipssa.pt>

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2021). *Estatísticas do Emprego Informal*. <https://www.ine.pt>

Mendes, M. (2017). *A gentrificação como expressão das transformações nas políticas urbanas: Tendências e especificidades no caso de Lisboa*. *Cidades*, (34). <https://journals.openedition.org/cidades/7673>

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. (2015). *Portaria n.º 183/2015 de 23 de junho*. *Diário da República: 1.ª Série, n.º 120*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/183-2015-67552501>

Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

Nunes, A. (2024, 10 de dezembro). *Número de sem-abrigo em Portugal aumentou mais de 2300 no ano passado*. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/sociedade/numero-de-sem-abrigo-em-portugal-aumentou-mais-de-2300-no-ano-passado>

Observatório das Desigualdades. (2016, dezembro 20). *Dossiê temático: O desemprego jovem em Portugal e na Europa*. <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2016/12/20/dossie-tematico-o-desemprego-jovem-em-portugal-e-na-europa/>

Organização Mundial da Saúde. (2018). *Housing and Health Guidelines*. WHO. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550376>

Organização Mundial da Saúde. (2018). *Mental health atlas 2017*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/276001/9789241550376-eng.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2021). *Health and human rights: A people-centred approach to the WHO Programme*. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/343415/9789240024311-eng.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2025, maio 6). *Health inequities are shortening lives by decades*. <https://www.who.int/news/item/06-05-2025-health-inequities-are-shortening-lives-by-decades>

Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3rd ed.). SAGE Publications.

Pereira, C., & Ferreira, M. (2020). *Exclusão Social e Sem-Abrigo: da invisibilidade à intervenção*. Universidade Católica Portuguesa.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. (2025, março). *Estratégia para as pessoas em situação de sem-abrigo*. <https://www.sg.pcm.gov.pt/asgpcm/noticias/2025/marco/estrategia-pessoas-sem-abrigo/>

Shinn, B. (2019). *Ending Homelessness for People with Mental Illness: The Evidence for Housing First*. In Tsemberis, S., *Housing First Manual*. Hazelden.

Tsemberis, S. (2010). *Housing First: The Pathways Model to End Homelessness for People with Mental Illness and Addiction*. Hazelden Publishing.

UNICEF. (n.d.). *Education*. <https://www.unicef.org/education>

Whitbeck, L. (n.d.). *Nowhere to grow*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315125398>

Anexos

Anexo 1- Instruções de Participação

Instruções de Participação

A presente entrevista surge no âmbito do Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção da Licenciatura do curso de Criminologia, pela aluna Viviana Alves, sob a orientação Doutroira Glória Jólluskin.

Esta entrevista integra um estudo de natureza académica e social, que visa compreender de forma aprofundada o fenómeno da sem-abrigo em Portugal, a partir das experiências diretas dos/as técnicos/as que intervêm no terreno.

Pretendemos recolher informações sobre os desafios enfrentados, as estratégias utilizadas, a eficácia das respostas existentes e as perceções sobre as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo. A participação nesta entrevista é voluntária, tendo deste modo o inquirido, sem qualquer prejuízo, a liberdade para recusar participar no estudo.

O tempo estimado (cerca de 30–45 minutos).

Todos os dados recolhidos durante este estudo serão confidenciais e anónimos com uso exclusivo para a pesquisa em causa, de acordo com o artigo 31.º, nº1 da Lei n.º58/2019, de 08 de agosto (Execução do Regulamento Geral da Proteção de Dados). Pelo que agradeço que não mencione qualquer informação pessoal para além das pedidas no questionário.

Para outras questões relacionadas com o estudo em causa, deverá contactar autora do mesmo, através do seguinte endereço de correio eletrónico: 42258@ufp.edu.pt.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo 2- Guião da Entrevista
(Pessoas em situação de sem-abrigo)
Dados Sociodemográficos

Idade: _____

Sexo: _____

Nacionalidade: _____

Há quanto tempo está em situação de sem-abrigo? _____

(Estes dados só serão usados para fins estatísticos, mantendo o anonimato do participante).

1.Perguntas sobre o seu percurso de vida e fatores associados.

1.1. Pode contar-me, de forma geral, como chegou à situação de sem-abrigo?

1.2. Houve algum momento ou acontecimento específico que tenha contribuído para essa mudança?

2. Perguntas sobre as condições de vida atuais

2.1. Onde costuma dormir atualmente (rua, abrigo, pensão, outro)? Como é essa experiência?

2.2. Como costuma obter alimentação diariamente?

2.3. Tem acesso regular a cuidados de higiene pessoal? Onde?

3.Perguntas sobre o acesso à saúde e sobre o apoio emocional.

3.1. Tem tido acesso a cuidados de saúde (centros de saúde, hospitais)? Com que frequência?

3.2. Sente que as suas necessidades em termos de saúde física e mental estão a ser atendidas?

3.3. Existe alguém com quem possa conversar quando se sente em baixo ou com dificuldades?

4.Perguntas sobre a relação as instituições e apoio.

4.1. Já recorreu a instituições ou serviços sociais? Quais?

4.2. Como tem sido o apoio recebido? Há aspetos positivos ou negativos que queira destacar?

4.3. Que tipo de apoio sente que ainda lhe falta?

5.Perguntas sobre a avaliação geral

5.1. Quais são, para si, as maiores dificuldades no dia a dia?

5.2. O que considera que deveria mudar, a nível nacional ou local, para ajudar melhor as pessoas em situação de sem-abrigo?

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

6.Perguntas de opinião

6.1.O que gostaria de mudar na sua situação, se pudesse?

6.2.Que tipo de apoio considera essencial para conseguir recomeçar ou melhorar a sua vida?

6.3. Há mais alguma coisa que gostaria de partilhar ou acrescentar?

Agradecemos muito a sua colaboração!

Data: _/ _/ _

Anexo 3- Guião da Entrevista
(Técnicos/voluntários de Instituições)

Instruções:

Nome do(a) entrevistado(a): _____

Cargo/função: _____

Instituição: _____

Local: _____

1. Qual a missão da vossa instituição e quais os principais serviços prestados?
2. Que tipo de apoio é mais procurado atualmente?
3. Quais os maiores desafios no apoio a pessoas em situação de sem-abrigo?
4. Como avalia a articulação entre diferentes entidades (municípios, saúde, IPSS)?
5. Existem lacunas que considera importantes colmatar?
6. Que boa prática gostaria de destacar?

Agradecemos muito a sua colaboração!

Data: _/ _/ _

Anexo 4- Questionário por diagnóstico

Questionário Diagnóstico sobre Avaliação das Necessidades das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Portugal

Por favor, assinale a resposta que melhor representa a sua situação atual com um x. Todas as respostas são anónimas e confidenciais.

* Indica uma pergunta obrigatória

Escala de resposta:

1 – Discordo totalmente | 2 – Discordo | 3 – Nem concordo nem discordo | 4 – Concordo
| 5 – Concordo totalmente

1. Alimentação

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
1.1	Consigo fazer pelo menos duas refeições por dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.2	Tenho acesso fácil a locais onde me oferecem comida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.3	A comida que recebo é suficiente e equilibrada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Habitação

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
2.1	Tenho onde dormir com segurança todas as noites	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

2.2	Já tive acesso a algum tipo de abrigo temporário ou centro de acolhimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3	Sinto que existe apoio para encontrar uma solução habitacional permanente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Saúde

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
3.1	Tenho acesso fácil a cuidados de saúde quando preciso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.2	Tenho acompanhamento médico regular (físico ou psicológico)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3	As minhas necessidades de saúde são, em geral, atendidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Apoio emocional e social

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
4.1	Tenho alguém com quem posso contar em momentos difíceis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2	Sinto-me escutado e respeitado pelos profissionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

“Avaliação das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal”

	com quem lido					
4.3	Sinto-me integrado na sociedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Serviços e informação

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
5.1	Sei onde procurar ajuda em caso de necessidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.2	Os serviços sociais são acessíveis e adequados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5.3	Recebo informação suficiente sobre os meus direitos e apoios disponíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Futuro e oportunidades

Nº	Afirmação	1	2	3	4	5
6.1	Acredito que a minha situação pode melhorar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2	Tenho acesso a oportunidades de formação ou trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3	Gostava de mudar de vida, se tivesse apoio adequado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Questões complementares (resposta direta)

- Há quanto tempo está em situação de sem-abrigo? _____
- Qual é, neste momento, a sua maior necessidade? _____
- Já recebeu ajuda de alguma instituição? Qual? _____

Data: _ / _ / _

Anexo 5

DECLARAÇÃO DE CONCENTIMENTO

Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo) -----

),
declaro que fui posto em conhecimento de forma clara e precisa sobre todas as informações sobre o estudo que vou ser envolvido, deixando claro os objetivos do mesmo. Fui informado do direito de me negar a participar ou desistir durante a realização da entrevista, enquanto se pode resolver minhas dúvidas sobre este estudo durante a explicação do mesmo. Tenho conhecimento que me deu a garantia de confidencialidade e anonimato de todas as reposições que possa emitir, sendo estas utilizadas única e exclusivamente para fins investigativos deste estudo.

Declaro que me foram dadas garantias de confidencialidade e sigilo de todos os dados recolhidos, cumprindo com o artigo 31.º, nº1 da Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto da Execução do Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Com esta informação que recebi do presente estudo, declaro que estou participando de forma voluntária e com a finalidade de ajudar.

Data: _/ _/ _

(Assinatura do Participante)

(Assinatura do entrevistador)

Anexo 6

Pedido de autorização para gravação de voz

Através deste meio, solicita-se a autorização do participante para que a entrevista a realizar no âmbito do presente estudo seja gravada em formato áudio. A gravação tem como único objetivo facilitar a recolha rigorosa de dados, assegurando que não se percam informações relevantes e que o processo decorra de forma fluida, sem interrupções. A gravação será utilizada para fins de investigação académica, sendo transcritas em papel, esta gravação de voz será eliminada para garantir mais uma vez a confidencialidade e o anonimato do participante. Dito isto, assina este pedido de autorização se concordar com a sua voz gravada durante a entrevista e mais uma vez obrigada pela sua colaboração neste estudo.

Data: _/_/___

(Assinatura do Participante)

(Assinatura do entrevistador)